

JUSTIÇA SOCIAL: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO NA CONTEMPORANEIDADE

Rosângela Sasso de Oliveira Mattern¹, Maria Luiza Marinho de Mello²

1. Discente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

2. Docente do curso de graduação em Direito, Unoesc, Chapecó, SC

Autor correspondente: Rosângela Sasso de Oliveira Mattern, matternro@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: A justiça social é um conceito que se refere à busca por uma distribuição mais justa e equilibrada dos direitos e oportunidades para todas as pessoas na sociedade. Vai além de tratar todos de forma igual perante a lei, pois reconhece que as diferenças entre as pessoas devem ser consideradas. Por isso, é essencial criar condições que permitam o acesso real a serviços como educação, saúde e trabalho digno. Dessa maneira, a justiça social busca diminuir desigualdades históricas que, ao longo de décadas, prejudicaram especialmente os grupos mais vulneráveis. Atua como um mecanismo de proteção social, assegurando que aqueles em situação de maior vulnerabilidade recebam apoio para superar seus impedimentos. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade exerça um papel ativo na reivindicação e implementação de políticas públicas eficazes. Além disso, organizações não governamentais, movimentos sociais e coletivos atuam como agentes de transformação, promovendo a conscientização e defendendo os direitos dos grupos vulneráveis. **Objetivo:** Destacar a importância da justiça social na atualidade, discutindo sua relevância na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva por meio de políticas públicas. **Método:** Foi realizado um levantamento de conteúdos literários e documentos oficiais que abordam o conceito de justiça social, seus fundamentos e desafios. A análise considerou legislações e programas sociais brasileiros, além de materiais acadêmicos e legais disponíveis em fontes confiáveis. O material foi examinado qualitativamente, considerando sua contribuição para o entendimento e a aplicação prática da justiça social. **Resultados:** Apesar de avanços, a efetivação da justiça social ainda enfrenta desafios como desigualdades econômicas e culturais, resistência de setores privilegiados e dificuldades de articulação entre agentes sociais. No entanto, políticas públicas bem elaboradas e executadas reduzem os efeitos imediatos da pobreza e promovem inclusão e desenvolvimento social, assegurando dignidade, acesso e participação plena. **Conclusão:** Conclui-se que a promoção da justiça social exige compromisso coletivo e permanente de todos os setores da sociedade. Sua ausência compromete a inclusão social e limita oportunidades educacionais e econômicas das minorias, agravando desigualdades e restringindo o acesso a direitos fundamentais.

Palavras-chave: Justiça social ; Políticas públicas; Inclusão social; Desigualdade; Direitos fundamentais.